



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2022

EDITAL

(Processo nº 00200.002824/2021-09)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pela Portaria da Diretoria-Geral nº 2.431, de 2021, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Política de Contratações do Senado Federal estabelecida no Anexo V da Resolução nº 13, de 2018, e do Ato da Diretoria-Geral nº 9, de 2015, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.002824/2021-09, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, destinada a **aquisição de equipamentos e serviços para modernização de iluminação para os estúdios A e B da TV Senado**.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

DATA: 11/10/2022

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09h30min

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem por objeto a **aquisição de equipamentos e serviços para modernização de iluminação para os estúdios A e B da TV Senado**, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e/ou CATSER e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, empresas que, por qualquer motivo:

2.3.1 – tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;

2.3.2 – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com a Administração, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993;

2.3.3 – estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;

2.3.4 – estejam elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;

2.3.5 – encontrem-se em processo de dissolução empresarial;

2.3.6 – constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.4 – A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:



SENADO FEDERAL

2.4.1 – SICAF e Relação de Servidores disponíveis no Portal da Transparência do Senado Federal, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;

2.4.2 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.4.3 – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

2.4.4 – Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

2.5 – Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo referidas anteriormente, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 – É vedada a participação de consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

CAPÍTULO III – DA VISTORIA

3.1 – É facultado à licitante interessada em participar deste Pregão, mediante prévio agendamento junto à Coordenação de Engenharia de Rádio e TV (COENGTVR) do Senado Federal, realizar vistoria técnica, **com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis**, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.

3.1.1 – A vistoria deverá ser agendada de segunda-feira a sexta-feira, nos horários das 9h às 15h, pelos telefones (61) 3303-5726 ou (61) 3303-1881, ou, ainda, pelo e-mail JOVERL@senado.leg.br.

3.1.2 – Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

3.1.3 – A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

3.1.3.1 – A comprovação do vínculo poderá ser feita mediante contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

3.1.3.2 – Caso o vistoriador não atenda aos requisitos do item 3.1.3, não será executada a vistoria.



SENADO FEDERAL

3.2 – Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pela Coordenação de Engenharia de Rádio e TV (COENGTVR).

3.3 – Caso a interessada opte por não realizar vistoria, firmará declaração na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

3.4 – O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentada no ato de cadastramento da proposta. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

CAPÍTULO IV – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E ANEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 – A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço total de cada item**, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento/prestação de serviço do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo 1).

4.2.1 – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.3 – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4 – O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

4.4.1 – Prazo de entrega dos equipamentos de, no máximo, 150 (cento e cinquenta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

4.4.2 – Prazo de instalação do Sistema de Iluminação DMX/RDM de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório dos equipamentos.

4.4.3 – Prazo de garantia dos materiais/equipamentos de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

4.5 – A omissão dos prazos fixados no subitem anterior implica a aceitação dos prazos indicados neste edital.



SENADO FEDERAL

4.6 – No ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá anexar em campo próprio do sistema a documentação comprobatória dos requisitos de habilitação estabelecidos no Capítulo XII deste edital.

4.6.1 – A licitante poderá deixar de anexar em campo próprio do sistema apenas os documentos de habilitação que constem do SICAF, observando-se, nesse caso, o disposto no item 12.3 do edital.

4.6.2 – Os documentos que compõem a habilitação e os eventuais anexos da proposta cadastrada da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

4.7 – Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

4.8 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4.9 – A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar em campo próprio do sistema.

4.10 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.11 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.12 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.12.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.13 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V – DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).



SENADO FEDERAL

5.2.1 – Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail licita@senado.leg.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

5.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.6 – O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

CAPÍTULO VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 – Em sede de verificação de conformidade formal das ofertas cadastradas, o Pregoeiro somente poderá realizar a desclassificação das propostas antes da fase de lances quando:

6.1.1 – as descrições do objeto estiverem em manifesta desconformidade com o edital;

6.1.2 – os valores ofertados configurarem preços simbólicos, irrisórios ou com presunções absolutas de inexequibilidade;

6.1.3 – as informações registradas na descrição do objeto evidenciarem, de forma flagrante, a identificação da licitante.

6.2 – Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase dos lances.

CAPÍTULO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.2 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.3 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.



SENADO FEDERAL

7.4 – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.4.1 – Para o fim de desempate das propostas serão aplicados, sucessivamente, os critérios previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e no §2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e, persistindo o empate, o sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

7.5 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.6 – Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.6.1 – A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

7.7 – Para envio dos lances referentes ao presente pregão eletrônico será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 33 do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

CAPÍTULO VIII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1 – Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.1.1 – Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

b) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no “caput” deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.



SENADO FEDERAL

8.1.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.2 – A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

CAPÍTULO IX – DO JULGAMENTO

9.1 – O critério de julgamento adotado será o de menor preço global.

CAPÍTULO X – DA NEGOCIAÇÃO

10.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

CAPÍTULO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1 – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 5 do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

11.1.1 – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.1.2 – O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.1.3 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.1.4 – O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros materiais de divulgação que facilitem a análise dos produtos ofertados.



SENADO FEDERAL

11.1.4.1 – Caso não estejam disponíveis nos *sites* dos fabricantes, ou não sejam ratificados pelos próprios fabricantes, folders e prospectos com descrição detalhada das características dos produtos ofertados poderão ser desconsiderados para fins de julgamento das propostas.

11.1.5 – Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.1.6 – A proposta será desclassificada quando:

- a) as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;
- b) contiver valores simbólicos, irrisórios ou com presunção absoluta de inexequibilidade, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

11.1.7 – Para fins de aceitação da proposta, a licitante deverá apresentar em sua proposta o nome do fabricante, marca e o modelo dos bens ofertados.

11.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à adequação às especificações técnicas do objeto, bem como a compatibilidade dos preços unitários ofertados, que não poderão ser superiores aos valores estimados de cada um dos itens constantes no Termo de Referência (Anexo 1).

11.2.1 – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a correção de falhas de natureza formal e a complementação de informações.

11.2.2 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

11.2.3 – Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

CAPÍTULO XII – DA HABILITAÇÃO

12.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

12.1.1 – Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.



SENADO FEDERAL

12.2 – Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

12.3 – Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 4.6.1 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:

12.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA-OPERACIONAL:

Capacidade Técnica-Operacional

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, em nome do licitante;

b) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou, de forma satisfatória, serviços de engenharia com características, prazos e quantidades similares ao objeto da presente licitação, assim entendido:

b.1) Fornecimento e instalação de Sistema de Iluminação com protocolos de controle e de gerenciamento DMX/RDM, não necessariamente com as exatas especificações descritas no Anexo 2 deste edital, mas contendo, cumulativamente, ao menos:

b.1.1) Uma (01) mesa de controle de iluminação DMX/RDM com no mínimo 20 faders; e

b.1.2) Cinco (05) luminárias tipo PAR LED; e

b.1.3) Cinco (05) luminárias tipo painel 2x1 LED RGBW; e

b.1.4) Dois (02) splitters DMX/RDM; e

b.1.5) Dois (02) dimmerbox tipo DMX/RDM.

b.2) Quanto ao aspecto qualitativo, não é necessário que a comprovação das parcelas de maior relevância técnica apontadas na alínea “b.1” seja formalizada, necessariamente, em único atestado, sendo admitido o somatório;

b.3) Para comprovação do quantitativo mencionado na alínea “b.1” será admitido o somatório de atestados.



SENADO FEDERAL

Capacidade Técnico-Profissional

a) Declaração indicando o nome, CPF, número do registro no CREA, dos responsáveis técnicos que acompanharão a execução dos serviços de que trata o objeto deste edital, devendo referir-se a profissionais de nível superior com formação em Engenharia Elétrica, Eletrônica ou Telecomunicações, e que tenham vínculo com a empresa licitante.

a.1) A comprovação do vínculo a que se refere a alínea “a” se fará com a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado, ou contrato de prestação de serviço em que conste a licitante como contratante; ou, ainda, de declaração de contratação futura do responsável técnico, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;

a.2) Deverá ser apresentada a Certidão de Registro do(s) Responsável(is) Técnico(s), junto ao CREA da região a que estiverem vinculados.

b) Atestado de Capacidade Técnica-Profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas certidões de Acervo Técnico (CAT), comprovando que os profissionais indicados pela empresa licitante na forma da alínea “a”, atuaram como responsáveis técnicos na execução de serviço de instalação e/ou de manutenção de Sistema de Iluminação DMX/RDM.

b.1) Não é imprescindível que a comprovação das parcelas de maior relevância técnico-profissional apontadas na alínea “b” seja formalizada, necessariamente, em um mesmo atestado, sendo, portanto, admitido o somatório;

b.2) A licitante deve disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, tais como documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços; e

12.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Caso qualquer dos índices contábeis denominados “Liquidez Geral”, “Liquidez Corrente” e “Solvência Geral”, informados pelo SICAF, seja igual ou inferior a 1 (um), deverá a licitante comprovar, através de documento hábil,



SENADO FEDERAL

que seu patrimônio líquido não é inferior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta.

b) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física.

12.3.3 – OUTROS DOCUMENTOS:

a) A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

a.1) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

a.2) Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993;

a.3) Declaração de Proposta Independente (DPI).

12.4 – Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio, através do campo de “anexos” do sistema, de documentação complementar.

12.4.1 – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

12.4.2 – O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

12.4.3 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

12.4.4 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.



SENADO FEDERAL

12.4.5 – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

12.4.5.1 – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal, situada na Via N2, Bloco 16, CEP 70.165-900, Brasília-DF, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

12.4.6 – O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos encaminhados na forma do item 12.4.

12.5 – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

12.5.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.5.2 – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

12.6 – Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

12.7 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.7.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

12.7.2 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



SENADO FEDERAL

12.8 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

12.8.1 – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

12.9 – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

12.9.1 – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

12.9.2 – Diante da constatação de possível tentativa de burla ou fraude a qualquer sanção de suspensão temporária, impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade aplicada a uma outra empresa, o Pregoeiro registrará, no “chat”, os fatos e indícios levantados, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

12.9.3 – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções de suspensão temporária e/ou impedimento de licitar e/ou contratar com a Administração, bem assim de declaração de inidoneidade aplicadas à outra pessoa jurídica:



SENADO FEDERAL

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

CAPÍTULO XIII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

13.1 – Será analisada a proposta da primeira colocada e caso a proposta não seja aceitável, ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

13.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIV – DO RECURSO

14.1 – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.1.1 – A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a decadência do direito e autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

14.1.2 – Na motivação, a licitante deverá indicar qual ato decisório é objeto da intenção de recurso e o fundamento sucinto para o pleito de reforma ou revisão.

14.1.3 – O Pregoeiro realizará o exame de admissibilidade da intenção recursal, limitando-se a verificar a presença dos pressupostos recursais.

14.1.3.1 – A decisão do Pregoeiro acerca da aceitação ou rejeição da intenção de recurso será devidamente motivada e registrada em campo próprio do sistema.

14.1.3.2 – Não será admitida intenção de recurso quando:

- a) constatada a ausência de pressuposto de admissibilidade recursal;
- b) fundada em mera insatisfação da licitante;
- c) ostentar caráter meramente protelatório.



SENADO FEDERAL

14.1.4 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita poderá registrar as razões do recurso, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

14.1.4.1 – Para o regular processamento do recurso, alerta-se que o Sistema Eletrônico Compras.gov.br exige o preenchimento pela recorrente do campo referente às razões recursais no prazo indicado.

14.2 – Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

14.2.1 – Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

14.3 – Admitida a intenção recursal, o Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a sua decisão objeto do recurso.

14.3.1 – Não havendo reconsideração da decisão, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.

14.4 – Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Executivo de Contratações, nos termos do art. 10 da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13 de 2018 c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.5 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal.

15.2 – A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

15.3 – O objeto deste Pregão será adjudicado globalmente à vencedora do certame.

CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1 – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.



SENADO FEDERAL

16.1.1 – Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 16.1.

16.1.2 – O SENADO poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 16.1.

16.1.3 – Caso a licitante não compareça ou não assine o contrato no prazo estabelecido, fica o Pregoeiro autorizado a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo contrato, obedecida a ordem de classificação.

16.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

CAPÍTULO XVII – DAS PENALIDADES

17.1 – A licitante que, convocada para assinar o contrato, no prazo estabelecido no item 16.1, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recuse ao cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

17.2 – As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 16.1.3, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 17.1.

17.3 – Se a licitante e/ou contratada deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a licitação ou a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 pelo prazo de até 5 (cinco) anos, bem como estará sujeita ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do ajuste, se contratada, ou sobre o valor total de sua proposta, se licitante, sem prejuízo das demais cominações legais.

17.4 – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

17.5 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1 – Até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

18.2 – Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

18.2.1 – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 1 (um) dia útil antes do prazo previsto para a abertura do certame.

18.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.4 – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

18.4.1 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados até 1 (um) dia útil antes do prazo previsto para a abertura do certame.

18.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

CAPÍTULO XIX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

19.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo 1 – Termo de Referência;

Anexo 2 – Especificações Técnicas;

Anexo 3 – Instrumento de Medição de Resultado – IMR;

Anexo 4 – Plantas dos Estúdios

Anexo 5 - Minuta do Contrato; e



SENADO FEDERAL

Anexo 6 – Modelo de Apresentação de Proposta

19.3 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos pelo Pregoeiro.

19.3.1 – A inclusão posterior de documentos será admitida em caráter de complementação de informações acerca dos documentos enviados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, no sentido de aferir o substancial atendimento aos requisitos de proposta e de habilitação.

19.4 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

19.5 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

19.6 – As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

19.7 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XX – DO FORO

20.1 – Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 22 de setembro de 2022.

JULIANA SÁ DE ALMEIDA BEZERRA

Pregoeira



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2022

(Processo nº 00200. 002824/2021-09)

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO	Aquisição de equipamentos e serviços para modernização de iluminação para os estúdios A e B da TV Senado.						
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Anexo 2 do Edital.						
JUSTIFICATIVA	A contratação visa modernizar a iluminação dos Estúdios A e B da TV Senado, mediante aquisição de equipamentos, materiais, serviços e acessórios, uma vez que os equipamentos atuais estão defasados tecnicamente e com sua compatibilidade em obsolescência. Dessa forma, a contratação permitirá suprir e equipar as áreas de jornalismo e de produção da TV Senado com sistemas de iluminação mais modernos e compatíveis com os novos cenários recém instalados nos estúdios.						
ADJUDICAÇÃO	Menor Preço Global						
PREÇO(S) ESTIMADO(S)	Item	Quant.	Unidade	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)	CATMAT / CATSER
	1	12	Unidade	PAINEL DE LED 2X1	47.919,32	575.031,84	424750
	2	12	Unidade	BARN DOOR PARA PAINEL LED 2X1	4.720,37	56.644,44	484696
	3	12	Unidade	COLMEIA PARA PAINEL LED 2X1	5.742,48	68.909,76	484696
	4	15	Unidade	PAR LED	14.641,14	219.617,10	246518



SENADO FEDERAL

	5	15	Unidade	BARN DOOR PARA PAR LED	1.516,44	22.746,60	484696
	6	15	Unidade	DIFUSORES PARA PAR LED	843,12	12.646,80	332187
	7	2	Unidade	ILUMINADOR VERTICAL CYCLORAMA	19.233,56	38.467,12	484709
	8	7	Unidade	RIBALTA DE LED	27.466,84	192.267,88	470263
	9	1	Unidade	MESA DE ILUMINAÇÃO - 20 FADERS	26.205,89	26.205,89	304050
	10	1	Unidade	MESA DE ILUMINAÇÃO - 40 FADERS	93.823,89	93.823,89	304050
	11	2	Unidade	TABLET - MESA DE COMANDO	2.877,22	5.754,44	458098
	12	4	Unidade	RACK DIMMER DIGITAL	7.702,29	30.809,16	304712
	13	8	Unidade	PRO POWER DE 12 CANAIS	3.214,09	25.712,72	484208
	14	15	Unidade	SPLITER 1 X 8 - DMX/RDM	7.059,03	105.885,45	486490
	15	2	Unidade	MÁQUINA DE FUMAÇA 1500 W (HAZE)	4.257,32	8.514,64	481675
	16	2	Unidade	GELATINA HALF BLUE	2.221,17	4.442,34	294647
	17	15	Unidade	BANDEIRA DE ILUMINAÇÃO 45 X 60 CM	1.030,31	15.454,65	481675
	18	15	Unidade	BANDEIRA DE ILUMINAÇÃO 60 X 90 CM	1.721,56	25.823,40	481675



SENADO FEDERAL

	19	15	Unidade	CABEÇA DE EFEITO COM VARETA	893,86	13.407,90	479471
	20	1	Serviço Completo	INFRAESTRUTURA ESTÚDIO A	136.456,18	136.456,18	27090
	21	1	Serviço Completo	INFRAESTRUTURA ESTÚDIO B	245.432,05	245.432,05	27090
	22	1	Serviço Completo	PROJETO EXECUTIVO E AS-BUILT	31.700,00	31.700,00	15296
	23	1	Serviço Completo	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO	218.760,00	218.760,00	27570
	24	1	Serviço Completo	TREINAMENTO	17.510,00	17.510,00	3832
	Valor total estimado					2.192.024,25	
Observação: Os modelos de equipamentos citados nesta tabela, bem como os códigos CATMAT e CATSER são mera referência, devendo prevalecer as especificações técnicas descritas no Anexo 2 deste edital.							
VIGÊNCIA DO CONTRATO			Conforme Cláusula Décima Segunda do Anexo 5 (minuta de contrato).				
FORMA DE PAGAMENTO			Conforme Cláusula Quarta do Anexo 5 (minuta de contrato).				
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			Programa de trabalho: 191886; Natureza da despesa: 339039/449052.				
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E ENTREGA DE MATERIAL			Senado Federal, Via N2, Anexo 2, Subsolo, SEAMEL, Brasília – DF, CEP: 70165-900.				
FISCALIZAÇÃO			Conforme Cláusula Nona do Anexo 5 (minuta de contrato).				

Brasília, 22 de setembro de 2022.

JULIANA SÁ DE ALMEIDA BEZERRA

Pregoeira



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2022

(Processo nº 00200. 00200.002824/2021-09)

ANEXO 2

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SISTEMA DE ILUMINAÇÃO

ITEM 1 - PAINEL DE LED 2X1

Referência: VELVET LIGHT EVO2 STUDIO (VE2CST) ou LITEPANELS GEMINI 2X1 SOFT ou equivalente técnico.

Quantidade: 12 (doze).

Descrição: Pannel de LED 2x1 RGBWW ou RGBWCW para iluminação profissional em estúdios.

Características mínimas:

- 1.1. Pannel de LED com proporção de 2x1 para iluminação profissional em estúdios;
- 1.2. Dimensões (L x H x P): 70 cm x 32 cm x 15 cm (variação $\pm 15\%$);
- 1.3. Espectro de cores completas RGBWW ou RGBWCW para combinação das cores de cinco LEDs para fotografia, cinematografia e televisão profissional produzindo uma gama mais ampla de cores e uma luz branca mais rica e natural;
- 1.4. Conector de entrada e saída DMX: 5 pinos XLR;
- 1.5. Protocolos de comunicação e gerenciamento: DMX512 e RDM;
- 1.6. Possuir botões e display para configuração local;
- 1.7. Ângulo do feixe: $\geq 93^\circ$;
- 1.8. Fotometria a 3 m nas temperaturas 5600K e 3200K: ≥ 900 Lux;
- 1.9. Possuir modos de operação CCT, HSI e GEL;
- 1.10. Temperatura de cor (intervalo mínimo): de 2500K a 10.000K;
- 1.11. Possuir ajuste de intensidade de luz contínuo, sem variação da temperatura de cor;
- 1.12. Padrão de precisão de cor:
 - 1.12.1. CRI ≥ 95 ;
 - 1.12.2. TLCI ≥ 95 .
- 1.13. Tempo de vida dos LEDs: ≥ 50.000 horas;
- 1.14. Peso aproximado sem yoke (ferragens de suporte): ≤ 11 Kg;
- 1.15. Consumo: ≤ 350 W;
- 1.16. Alimentação de tensão AC: de 100 a 240VAC 50/60Hz;



SENADO FEDERAL

- 1.17. Sistema de refrigeração: por convecção (passivo silencioso) ou por ventilador de baixo ruído para uso em estúdio;
- 1.18. Cada unidade fornecida no item deve conter como acessório um Yoke (ferragens de suporte);
- 1.19. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata da luminária, tais como cabos, conectores, fontes, adaptadores e suportes;
- 1.20. Manual de operação e instalação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 2 - BANR DOOR PARA PAINEL LED 2X1

Referência: EVO BARN DOORS VE2-RB (EVO 2) ou GEMINI 4-WAY BARNDOORS PARA PAINEL 2X1 ou equivalente técnico.

Quantidade: 12 (doze).

Descrição: Placas metálicas frontais móveis para instalação em refletor tipo painel que permitem ajustar o feixe de luz emitido pelo refletor PAINEL LED 2X1 RGBWW ou RGBWCW.

Características mínimas:

- 2.1. Ser totalmente compatível com o PAINEL LED 2X1 RGBWW ou RGBWCW a ser fornecido no item 1 desta especificação técnica;
- 2.2. Possuir 4 (quatro) placas metálicas móveis para ajustar e direcionar o feixe de luz do refletor;
- 2.3. Possuir parafusos de fixação para instalação na luminária tipo painel.

ITEM 3 - COLMEIA PARA PAINEL LED 2X1

Referência: VELVETLIGHT DOPCHOICE SNAPGRID FOR SNAPBAG EVO 2 40 DEG ou SNAPGRID 40 DEG EGGCRATE FOR GEMINI 2X1 FIXTURE ou equivalente técnico.

Quantidade: 12 (doze).

Descrição: Colmeia difusora de luz para PAINEL LED 2X1 RGBWW ou RGBWCW para eliminar a luz espalhada fornecendo controle direcional e uma boa iluminação seletiva.

Características mínimas:

- 3.1. Ser totalmente compatível com o PAINEL LED 2X1 RGBWW ou RGBWCW a ser fornecido no item 1 desta especificação técnica;
- 3.2. Fabricado em malha de tecido dobrável para armazenamento e transporte;
- 3.3. Angulação de feixe: 40° (variação de $\pm 10\%$);
- 3.4. A grade deve eliminar a luz espalhada, fornecer controle direcional e facilitar a iluminação seletiva.

ITEM 4 - PAR LED

Referência: ETC COLOR SOURCE PAR RGBL (Modelo: CSPAR) ou CHAUVET OVATION (Modelo: P-56FC) ou equivalente técnico.

Quantidade: 15 (quinze).



SENADO FEDERAL

Descrição: Luminária tipo PAR LED com riqueza de cores para uso em mesa de iluminação com protocolo DMX e RDM.

Características mínimas:

- 4.1. LED: RGBL ou RGBAL;
- 4.2. Cores: vermelho, verde, azul, lima (RGBL) ou vermelho, verde, azul, âmbar e lima (RGBAL);
- 4.3. No mínimo obter a cor branca com mistura de cores nas temperaturas: 3200K e 5600K;
- 4.4. Iluminância a 5 metros: ≥ 1250 lux;
- 4.5. Lumens total: ≥ 2500 lm;
- 4.6. Ângulo de feixe: entre 15° e 24° ;
- 4.7. Ângulo de campo: entre 26° e 41° ;
- 4.8. Vida útil dos LEDs: ≥ 50.000 horas.
- 4.9. Alimentação: 100~240 VAC 60 Hz;
- 4.10. Rabicho de alimentação: Neutrik powerCON ou Seetronic Powercon IP65, com conectorização para 2P+T macho (NBR 14136);
- 4.11. Consumo: ≤ 160 W para alimentação em até 240 V.
- 4.12. Intervalo mínimo de temperatura operacional (ambiente): de 0 a 40°C ;
- 4.13. Sistema de refrigeração: por convecção (passivo silencioso) ou por ventilador de baixo ruído para uso em estúdio.
- 4.14. Protocolo: DMX512 / RDM;
- 4.15. DMX via conectores XLR de 5 pinos;
- 4.16. Quantidade de modos pré-definidos (footprint/personalities): no mínimo 4;
- 4.17. Configuração via RDM;
- 4.18. Frequência PMW: 1.200 Hz (padrão) e 25.000 Hz (via RDM);
- 4.19. Escurecimento virtual (virtual dimming engine) com no mínimo 15 bits de resolução.

ITEM 5 - BANR DOOR PARA PAR LED

Referência: ETC 400BD ou OVATION F 7.5" BARNDOR V2 ou equivalente técnico.

Quantidade: 15 (quinze).

Descrição: Placas metálicas frontais móveis para instalação em refletor tipo painel que permitem ajustar o feixe de luz emitido pela luminária PAR LED.

Características mínimas:

- 5.1. Ser totalmente compatível com o PAR LED a ser fornecido no item 4 desta especificação técnica;
- 5.2. Possuir no mínimo 4 (quatro) placas metálicas móveis para ajustar e direcionar o feixe de luz do refletor;
- 5.3. Possuir parafusos de fixação para instalação na luminária tipo PAR LED.



SENADO FEDERAL

ITEM 6 - DIFUSORES PARA PAR LED

Quantidade: 15 (quinze).

Descrição: Conjunto acessório contendo um suporte para difusor e dois difusores.

Características mínimas:

- 6.1. Ser totalmente compatível com o PAR LED a ser fornecido no item 4 desta especificação técnica;
- 6.2. Suporte para inserção de difusor na cor preta;
- 6.3. máquina Difusor entre 20° e 25° (very narrow);
- 6.4. Difusor entre 60° e 75° (wide).

ITEM 7 - ILUMINADOR VERTICAL CYCLORAMA

Referência: ETC COLORSOURCE CYCLORAMA (CSCYC) ou CHAUVET OVATION CYC 1 FC ou equivalente técnico.

Quantidade: 02 (dois).

Descrição: Refletor tipo Cyclorama com sistema de LED em cinco cores.

Características mínimas:

- 7.1. Misturador de cores com LED de alta intensidade para aplicação em estúdio;
- 7.2. Possuir 5 cores diferentes de LED (IRGBL ou RGBAL);
- 7.3. Cores: índigo, vermelho, verde, azul e lima (IRGBL) ou vermelho, verde, azul, âmbar e lima (RGBAL);
- 7.4. No mínimo obter a cor branca com mistura de cores nas temperaturas: 3200K e 5600K;
- 7.5. Modo de operação de câmera livre de flicker;
- 7.6. Frequência de atualização do LED em modo livre de flicker: até 25.000Hz;
- 7.7. Vida útil dos LEDs: ≥ 50.000 horas de uso;
- 7.8. Protocolos de controle e gerenciamento: DMX e RDM (Remote Device Management);
- 7.9. Conector de entrada e saída DMX: 5 pinos XLR;
- 7.10. Classificação de proteção mínima: IP 20;
- 7.11. Peso: ≤ 5 Kg;
- 7.12. Cor externa do chassi: Preta;
- 7.13. Material de construção: Alumínio e plástico;
- 7.14. Opções de montagem: em solo ou suspenso (Yoke);
- 7.15. Temperatura de operação: de 0°C a 40°C;
- 7.16. Sistema de resfriamento por convecção (sem o uso de ventiladores ou ventoinhas);
- 7.17. Fonte de alimentação e a eletrônica devem ser internas e integradas a unidade do refletor;
- 7.18. Alimentação: 100 ~ 240VAC;



SENADO FEDERAL

7.19. Potência: ≤ 150 W.

ITEM 8 - RIBALTA DE LED

Referência: ETC COLORSOURCE LINEAR 2 ou CHAUVET COLORADO BATTEN Q15 ou equivalente técnico.

Quantidade: 07 (sete).

Descrição: Refletor tipo ribalta linear com sistema de LED em cinco cores.

Características mínimas:

- 8.1. Possuir no mínimo 15 LEDs com 4 cores diferentes (RGBW ou RGBL) para aplicação em estúdio;
- 8.2. No mínimo obter a cor branca com mistura de cores nas temperaturas: 3200K e 5600K;
- 8.3. Intervalo de cores dos LEDs variável;
- 8.4. Vida útil dos LEDs: ≥ 50.000 horas de uso;
- 8.5. Modo de operação de câmera livre de flicker;
- 8.6. Protocolos de controle e gerenciamento: DMX e RDM (Remote Device Management);
- 8.7. Conector de entrada e saída DMX: 5 pinos XLR;
- 8.8. Classificação de proteção mínima: IP 20;
- 8.9. Peso: ≤ 13 Kg;
- 8.10. Comprimento linear: 1 metro (variação $\pm 10\%$);
- 8.11. Cor externa do chassi: Preta;
- 8.12. Opções de montagem: em solo ou suspenso (Yoke);
- 8.13. Temperatura de operação: de 0°C a 40°C ;
- 8.14. Fonte de alimentação e a eletrônica devem ser internas e integradas a unidade do refletor;
- 8.15. Alimentação: 100 ~ 240VAC;
- 8.16. Potência: ≤ 340 W.

ITEM 9 - MESA DE ILUMINAÇÃO - 20 FADERS

Referência: QUICKQ 20 CHAMSYS ou COLORSOURCE CS20AV ou equivalente técnico.

Quantidade: 01 (um).

Descrição: Mesa de iluminação DMX com 20 *faders*, e no mínimo 1 universo.

Características mínimas:

- 9.1. Mesa de iluminação DMX;
- 9.2. Universo: ≥ 01 (um);
- 9.3. Saídas DMX com conector XLR de 5 pinos: ≥ 01 (um);
- 9.4. Canais DMX: ≥ 512 ;
- 9.5. Entrada e saída de áudio;



SENADO FEDERAL

- 9.6. Protocolo de controle e gerenciamento: DMX e RDM;
- 9.7. Suportar controle de dispositivos DMX, como luminárias LEDs, convencionais, dimmers, máquina de hazes, entre outros;
- 9.8. Possuir seletor de cores pelo touchscreen;
- 9.9. Possuir biblioteca de cores/gelatinas embutida;
- 9.10. Capacidade de armazenamento de pelo menos 999 cues em memória;
- 9.11. Possuir biblioteca de dispositivos;
- 9.12. Permitir controle de movimento das luminárias (move lighting);
- 9.13. Controle
 - 9.13.1. Tela touchscreen colorida (tamanho): $\geq 7''$;
 - 9.13.2. Faders multifuncionais: ≥ 20 (vinte);
 - 9.13.3. Faders playback: ≥ 10 (dez);
 - 9.13.4. Faders master: ≥ 1 (um);
 - 9.13.5. Fornecer aplicativo (App) para controle remoto da mesa por dispositivo móvel (celular e tablet) sem custos adicionais para sistemas operacionais Android e iOS.
- 9.14. Conectividade
 - 9.14.1. Conexão remota com a mesa de controle: WiFi embutido ou por Access Point;
 - 9.14.2. Porta de rede Ethernet;
 - 9.14.3. Suporte DMX pela rede: ArtNet, sACN e OSC;
 - 9.14.4. Conexão USB: 2 portas;
 - 9.14.5. Porta de saída de vídeo: HDMI 1920 x 1080.
- 9.15. Disponibilizar atualização de software e firmware, sem custos adicionais;
- 9.16. Possuir sistema de recuperação e restauração do sistema operacional da mesa;
- 9.17. Dimensões da mesa:
 - 9.17.1. Comprimento (C): entre 45 e 55 cm;
 - 9.17.2. Largura (L): entre 25 e 36 cm;
 - 9.17.3. Altura (H): entre 5 e 12 cm.
- 9.18. Alimentação de entrada: 90 ~ 240 VAC;
- 9.19. Frequência: 50/60Hz;
- 9.20. Acessórios inclusos:
 - 9.20.1. Antena WiFi ou Access Point (caso necessário);
 - 9.20.2. Fonte de externa: (entrada) 90 ~ 240 VAC e (saída) 12 VDC.
- 9.21. Fornecer software editor off-line disponível para Windows e Mac sem custos adicionais;
- 9.22. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos acessórios, fontes, firmwares, softwares e aplicativos;
- 9.23. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.



SENADO FEDERAL

ITEM 10 - MESA DE ILUMINAÇÃO - 40 FADERS

Referência: QUICKQ 30 CHAMSYS ou COLORSOURCE CS40AV ou equivalente técnico.

Quantidade: 1 (um).

Descrição: Mesa de iluminação DMX com 40 *faders*, e no mínimo 2 universos.

Características mínimas:

- 10.1. Mesa de iluminação DMX;
- 10.2. Universos: ≥ 02 (dois);
- 10.3. Saídas DMX com conector XLR de 5 pinos: ≥ 02 (dois);
- 10.4. Canais DMX: ≥ 1024 ;
- 10.5. Entrada e saída de áudio;
- 10.6. Protocolo de controle e gerenciamento: DMX e RDM;
- 10.7. Suportar controle de dispositivos DMX, como luminárias LEDs, convencionais, dimmers, máquina de hazes, entre outros;
- 10.8. Possuir seletor de cores pelo touchscreen;
- 10.9. Possuir biblioteca de cores/gelatinas embutida;
- 10.10. Capacidade de armazenamento de pelo menos 999 cues em memória;
- 10.11. Possuir biblioteca de dispositivos;
- 10.12. Permitir controle de movimento das luminárias (move lighting);
- 10.13. Controle
 - 10.13.1. Tela touchscreen colorida (tamanho): $\geq 7''$;
 - 10.13.2. Faders multifuncionais: ≥ 20 (vinte);
 - 10.13.3. Faders playback: ≥ 10 (dez);
 - 10.13.4. Faders master: ≥ 1 (um);
 - 10.13.5. Fornecer aplicativo (App) para controle remoto da mesa por dispositivo móvel (celular e tablet) sem custos adicionais para sistemas operacionais Android e iOS.
- 10.14. Conectividade
 - 10.14.1. Conexão remota com a mesa de controle: WiFi embutido ou por Access Point;
 - 10.14.2. Porta de rede Ethernet;
 - 10.14.3. Suporte DMX pela rede: ArtNet, sACN e OSC;
 - 10.14.4. Conexão USB: 2 portas;
 - 10.14.5. Porta de saída de vídeo: HDMI 1920 x 1080.
- 10.15. Disponibilizar atualização de software e firmware, sem custos adicionais;
- 10.16. Possuir sistema de recuperação e restauração do sistema operacional da mesa;
- 10.17. Dimensões da mesa:
 - 10.17.1. Comprimento (C): entre 65 e 77 cm;
 - 10.17.2. Largura (L): entre 25 e 36 cm;



SENADO FEDERAL

- 10.17.3. Altura (H): entre 5 e 12 cm.
- 10.18. Alimentação de entrada: 90 ~ 240 VAC;
- 10.19. Frequência: 50/60Hz;
- 10.20. Acessórios inclusos:
 - 10.20.1. Antena WiFi ou Access Point (caso necessário);
 - 10.20.2. Fonte de externa: (entrada) 90 ~ 240 VAC e (saída) 12 VDC.
- 10.21. Fornecer software editor off-line disponível para Windows e Mac sem custos adicionais;
- 10.22. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos acessórios, fontes, firmwares, softwares e aplicativos;
- 10.23. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 11 - TABLET - MESA DE COMANDO

Referência: TABLET SAMSUNG GALAXY SM-T510 TELA 10.1" WI-FI MEMÓRIA 32GB ou equivalente técnico.

Quantidade: 02 (dois).

Descrição: Tablet sensível ao toque com memória de armazenamento de 32GB, 3GB de RAM, tela 10.1" e conexão Wi-Fi.

Características mínimas:

- 11.1. Possuir certificação na Anatel;
- 11.2. Capacidade de armazenamento da memória: ≥ 32 GB;
- 11.3. Memória RAM: ≥ 3 GB;
- 11.4. Processador: Octa-Core 1.8GHz ou superior;
- 11.5. Conexão Wi-Fi;
- 11.6. Tamanho da tela: ≥ 10 polegadas;
- 11.7. Dimensões mínimas: 0,70 x 14,00 x 24,00 cm (variação $\pm 15\%$);
- 11.8. Peso: ≤ 650 g;
- 11.9. Sistema Operacional: Android;
- 11.10. Bateria de Íon de lítio integrada;
- 11.11. Acessórios: Fonte de alimentação 220VAC / 12VDC;
- 11.12. Capa de proteção em plástico com bordas resistentes e alça ajustável de mão na parte traseira.

ITEM 12 - RACK DIMMER DIGITAL

Referência: DIMMER X-BOX ou equivalente técnico.

Quantidade: 04 (quatro).

Descrição: Equipamento com 12 canais de 4000W para iluminação de alta potência compatível com o protocolo DMX 512.



SENADO FEDERAL

Características mínimas:

- 12.1. Protocolo de controle e gerenciamento: DMX e RDM;
- 12.2. Display com indicador e teclas para endereçamento e configurações;
- 12.3. Capacidade de endereçamento de canais;
- 12.4. Canais dimerizáveis: 12 (doze);
- 12.5. Capacidade mínima de potência por canal: 4000W à 220V;
- 12.6. Entrada de energia: trifásica (3F + N +T);
- 12.7. Ventilação: forçada;
- 12.8. Disjuntores de proteção: 12, de no mínimo 20A por canal;
- 12.9. Proteção do sistema: dispositivo Diferencial Residual (DR);
- 12.10. Padrão das tomadas elétricas (saídas): 2P+T 20A (ABNT 14136);
- 12.11. Gabinete: rack padrão 19";
- 12.12. Modo de operação: controle individual de canais;
- 12.13. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos, conectores, fixadores, fontes, firmwares, softwares, entre outros;
- 12.14. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 13 - PRO POWER DE 12 CANAIS

Referência: PROPOWER HPL ou equivalente técnico.

Quantidade: 08 (oito).

Descrição: Equipamento com 12 canais de 4000W para iluminação de alta potência.

Características mínimas:

- 13.1. Capacidade mínima de potência por canal: 4000W à 220V;
- 13.2. Entrada de energia: monofásica (F + N +T) e trifásica (3F + N +T);
- 13.3. Disjuntores de proteção: 12, de no mínimo 20A por canal;
- 13.4. Tomadas elétricas (saídas): 24;
- 13.5. Padrão de tomada: 2P+T 20A (ABNT 14136);
- 13.6. Gabinete: rack padrão 19";
- 13.7. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos, conectores, fixadores, fontes, firmwares, softwares, entre outros;
- 13.8. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 14 - SPLITTER 1 X 8 - DMX/RDM

Referência: EUROLITE DXT-SP 1IN/8OUT PRO DMX RDM SPLITTER (modelo: 70064870) ou equivalente técnico.

Quantidade: 15 (quinze).

Descrição: Distribuidor de sinais DMX com função RDM, divisor tipo *splitter* 1 entrada para 8 saídas.



SENADO FEDERAL

Características mínimas:

- 14.1. Isolamento galvânico das saídas;
- 14.2. Conexões:
 - 14.2.1. Entrada DMX (paralela): 02 (duas);
 - 14.2.2. Saída feed-through (paralela): 02 (duas);
 - 14.2.3. Saída DMX: 08 (oito);
 - 14.2.4. Conectores de entrada e saída: 5-pin XLR.
- 14.3. Protocolo de controle: DMX com suporte a comunicação bidirecional via RDM;
- 14.4. Modo de configuração: 1x8;
- 14.5. Conectores de alimentação: compatíveis com o padrão 2P+T;
- 14.6. Alimentação de entrada (rede): de 100 ~ 240 VAC, 50/60 Hz;
- 14.7. Peso: $\leq 2,5$ kg;
- 14.8. Temperatura de operação: de 0 °C a 45 °C;
- 14.9. Chassi de metal com 1U de altura para montagem em rack 19”;
- 14.10. Do total de unidades solicitada neste item, 02 (duas) serão fornecidas como sobressalentes;
- 14.11. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos, conectores, fixadores, fontes, firmwares, softwares, entre outros;
- 14.12. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 15 - MÁQUINA DE FUMAÇA 1500 W (HAZE)

Referência: AH LIGHTS AH-2000 ou KLÜB BW-1500 ou EQUINOX STAGE HAZE 1500 ou equivalente técnico.

Quantidade: 02 (dois).

Descrição: Máquina de Haze de 1500 W de potência com reservatório mínimo de 2 litros.

Características mínimas:

- 15.1. Tipo da máquina: HAZE;
- 15.2. Potência mínima: 1500 W;
- 15.3. Alimentação: 220 VAC;
- 15.4. Protocolo: DMX 512;
- 15.5. Capacidade do tanque: ≥ 2 L;
- 15.6. Acessórios: 4 (quatro) galões de 5 (cinco) litros de líquido para máquina de haze (haze free oil);
- 15.7. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.



SENADO FEDERAL

ITEM 16 - GELATINA HALF BLUE

Referência: ROSCO CINEGEL (modelo: #3204) ou LEE (modelo: #202) ou equivalente técnico.

Quantidade: 02 (dois).

Descrição: Rolo de filtro de luz (gelatina) *half blue* para conversão de uma fonte de luz de tungstênio em luz do dia.

Características mínimas:

- 16.1. Rolo de filtro de luz (gelatina) half blue;
- 16.2. Rolo tamanho: 1,22 m x 7,62 m (variação de $\pm 5\%$);
- 16.3. Produzido em policarbonato;
- 16.4. Material com tratamento ignifugado;
- 16.5. Conversão de 3200K para: 4100K ou 4300K.

ITEM 17 - BANDEIRA DE ILUMINAÇÃO 45 X60 CM

Referência: MATTHEWS FLAG (18 x 24'') ou GOBO FLAG (45 x 60 cm) ou WESTCOTT SCRIM JIM CINE FRAME (2x2') ou equivalente técnico.

Quantidade: 15 (quinze).

Descrição: Bandeira para controle de iluminação de estúdio, em formato retangular, com dimensões aproximadas de 45cm x 60cm.

Características mínimas:

- 17.1. Formato: retangular;
- 17.2. Dimensões: de 45cm x 60cm (variação de $\pm 15\%$);
- 17.3. Estrutura em barra de aço galvanizado ou alumínio anodizado;
- 17.4. Fechamento em tecido brim preto;
- 17.5. O fechamento não deve permitir passagem de luz;
- 17.6. Barra de suporte com encaixe do tipo engate rápido para equipamentos de iluminação.



SENADO FEDERAL

ITEM 18 - BANDEIRA DE ILUMINAÇÃO 60 X 90 CM

Referência: MATTHEWS FLAG (24 x 36”) ou GOBO FLAG (60 x 90 cm) ou equivalente técnico.

Quantidade: 15 (quinze).

Descrição: Bandeira para controle de iluminação de estúdio, em formato retangular, com dimensões aproximadas de 60cm x 90cm.

Características mínimas:

- 18.1. Formato: retangular;
- 18.2. Dimensões: de 60 cm x 90 cm (variação de $\pm 15\%$);
- 18.3. Estrutura em barra de aço galvanizado ou alumínio anodizado;
- 18.4. Fechamento em tecido brim preto;
- 18.5. O fechamento não deve permitir passagem de luz;
- 18.6. Barra de suporte com encaixe do tipo engate rápido para equipamentos de iluminação.

ITEM 19 - CABEÇA DE EFEITO COM VARETA

Referência: MATTHEWS HOLLYWOOD GOBO ARM 40" ou IMPACT KCP-240 40" EXTENSION GRIP ARM ou AVENGER D520LB 40" EXTENSION ARM ou equivalente técnico.

Quantidade: 15 (quinze)

Descrição: Vareta de metal para angulações de equipamentos como refletores ou bandeiras para composição de iluminação cênica.

Características mínimas:

- 19.1. Tamanho: ≥ 1 m;
- 19.2. Material construtivo: alumínio ou aço;
- 19.3. Cor: prata ou preto;
- 19.4. Diâmetro da barra: 5/8”;
- 19.5. Possuir cabeça de aperto fixa compatível com acessórios de: 3/8” e 5/8”;
- 19.6. Peso: $\leq 1,5$ kg;
- 19.7. Capacidade de carga: $\geq 4,5$ kg.



SENADO FEDERAL

ITEM 20 - INFRAESTRUTURA ESTÚDIO A

Quantidade: 01 (um)

Descrição: Fornecimento de material de infraestrutura como cabos elétricos e de rede DMX/RDM, conectores, placa de identificação, placa de passagem de cabos, eletrocalhas, leitos de cabos, racks, suportes (*yokes* e *clamps*), ferragens, tirantes, tomadas, e quaisquer outros itens necessários para instalação e o bom funcionamento do sistema DMX /RDM no Estúdio A.

Características mínimas:

- 20.1. As características mínimas do estúdio A estão representadas nos desenhos anexos ao Edital:
 - 20.1.1. ESTÚDIO A.01/2021/00 - Grid - Planta baixa;
 - 20.1.2. ESTÚDIO A.02/2021/00 - Diagrama rede DMX topologia estrela e Diagrama rede elétrica;
 - 20.1.3. ESTÚDIO A.03/2021/00 – Cortes e Detalhes.
- 20.2. Os quantitativos de tomadas elétricas e de rede devem seguir a orientação dos desenhos técnicos.
- 20.3. A partir das características apresentadas no item anterior, a contratada deverá apresentar um Projeto Executivo (PE) indicando a solução de instalação de todos os componentes envolvidos;
- 20.4. A topologia em estrela para a rede DMX e elétrica é obrigatória, portanto não será aceita a topologia Daisy-chain;
- 20.5. Recomenda-se que o licitante proceda com a visita técnica a fim de dirimir quaisquer dúvidas para a elaboração de sua proposta.
- 20.6. Não serão admitidos a utilização e fornecimento de equipamentos, componentes, acessórios ou outros que não sejam originais, homologados e de primeiro uso e que não sejam a última versão vendida;
- 20.7. As normas técnicas destacadas abaixo são consideradas relevantes para esse projeto, devendo a contratada observar também as boas práticas de engenharia e quaisquer outras normas pertinentes ao desenvolvimento do projeto:



SENADO FEDERAL

ABNT NBR 5410	Instalações elétricas de baixa tensão.
ABNT NBR 14039	Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV.
ABNT NBR 14136	Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo até 20 A/250 V em corrente alternada.
ABNT NBR 14565	Cabeamento estruturado para edifícios comerciais.
ABNT NBR IEC 61537	Encaminhamento de cabos: sistemas de eletrocalhas para cabos e sistemas de leitos para cabos.
ANSI E1.11 - 2008	Entertainment Technology - USITT DMX512-A, Asynchronous Serial Digital Data Transmission Standard for Controlling Lighting Equipment And Accessories

ITEM 21 - INFRAESTRUTURA ESTÚDIO B

Quantidade: 01 (um)

Descrição: Fornecimento de material de infraestrutura como cabos elétricos e de rede DMX/RDM, conectores, placa de identificação, placa de passagem de cabos, eletrocalhas, leitos de cabos, suportes (*yokes* e *clamps*), ferragens, tirantes, tomadas, e quaisquer outros itens necessários para instalação e o bom funcionamento do sistema DMX /RDM no Estúdio B.

Características mínimas:

- 21.1. As características mínimas do estúdio B estão representadas nos desenhos anexos ao Edital:
 - 21.1.1. ESTÚDIO B.01/2021/00 - Grid - Planta baixa;
 - 21.1.2. ESTÚDIO B.02/2021/00 - Diagrama rede DMX topologia estrela e Diagrama rede elétrica;
 - 21.1.3. ESTÚDIO B.03/2021/00 – Cortes e Detalhes.
- 21.2. Os quantitativos de tomadas elétricas e de rede devem seguir a orientação dos desenhos técnicos.
- 21.3. A partir das características apresentadas no item anterior, a contratada deverá apresentar um Projeto Executivo (PE) indicando a solução de instalação de todos os componentes envolvidos;
- 21.4. A topologia em estrela para a rede DMX e elétrica é obrigatória, portanto não será aceita a topologia Daisy-chain;
- 21.5. Recomenda-se que o licitante proceda com a visita técnica a fim de dirimir quaisquer dúvidas para a elaboração de sua proposta.
- 21.6. Não serão admitidos a utilização e fornecimento de equipamentos, componentes, acessórios ou outros que não sejam originais, homologados e de primeiro uso e que não sejam a última versão vendida;



SENADO FEDERAL

21.7. As normas técnicas destacadas abaixo são consideradas relevantes para esse projeto, devendo a contratada observar também as boas práticas de engenharia e quaisquer outras normas pertinentes ao desenvolvimento do projeto:

ABNT NBR 5410	Instalações elétricas de baixa tensão.
ABNT NBR 14039	Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV.
ABNT NBR 14136	Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo até 20 A/250 V em corrente alternada.
ABNT NBR 14565	Cabeamento estruturado para edifícios comerciais.
ABNT NBR IEC 61537	Encaminhamento de cabos: sistemas de eletrocalhas para cabos e sistemas de leitos para cabos.
ANSI E1.11 - 2008	Entertainment Technology - USITT DMX512-A, Asynchronous Serial Digital Data Transmission Standard for Controlling Lighting Equipment And Accessories

ITEM 22 - PROJETO EXECUTIVO E AS-BUILT

Quantidade: 01 (um)

Descrição: Elaboração de Projeto Executivo e *As-built* do sistema de iluminação DMX/RDM referentes aos estúdios A e B da TV Senado.

Entregas mínimas:

- 22.1. Elaboração de cronograma detalhado com prazo de execução total de 180 (cento e oitenta) dias, a ser entregue junto com o projeto executivo, contendo no mínimo:
 - 22.1.1. Entrega dos equipamentos;
 - 22.1.2. Elaboração do projeto executivo;
 - 22.1.3. Instalação do estúdio A;
 - 22.1.4. Instalação do estúdio B;
 - 22.1.5. Testes de instalação do sistema;
 - 22.1.6. Elaboração do As-built;
 - 22.1.7. Entrega de documentação (manuais e cadernos de comissionamentos);
 - 22.1.8. Testes de recebimento provisório;
 - 22.1.9. Treinamento;
 - 22.1.10. Aceite definitivo.
- 22.2. Elaboração do Projeto Executivo (PE) em língua portuguesa, entregue em mídia digital (DVD ou Pendrive) após 30 dias corridos da assinatura do contrato, contendo no mínimo os seguintes documentos necessários à execução das obras e serviços:
 - 22.2.1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assinada por profissional competente do PE e de execução da obra ou serviço;



SENADO FEDERAL

- 22.2.2. Memorial Descritivo, descrevendo a solução do PE (padrões técnicos adotados, infraestrutura de elétrica e de rede DMX, entre outros) *contendo: introdução, nomenclaturas, especificações técnicas*, diagrama esquemático da interligação e interoperabilidade da composição do sistema, detalhes de instalação e configuração do sistema;
- 22.2.3. Lista de equipamentos contendo: todos equipamentos, placas, módulos e acessórios a serem entregues para compor a solução;
- 22.2.4. Documentação gráfica deverá ser fornecida no padrão AUTOCAD, no qual deve ser identificadas as salas em que se encontram instalados a infraestrutura da rede, bem como: os diagramas em blocos, de fluxos dos sinais, de rede elétrica, de dados e unifilares do sistema, e ainda suas plantas baixas, em cortes, e de detalhes da instalação;
- 22.2.5. Planilha de Serviços e Quantitativos (PSQ);
- 22.2.6. Folha de dados dos equipamentos (datasheets) e caderno de manuais em língua portuguesa ou inglesa;
- 22.2.7. DVD ou Pendrive com softwares e programas se aplicável ao objeto de contratação;
- 22.3. O PE deverá permitir que uma equipe de profissionais treinados, consiga construir, instalar, testar, aferir, ajustar, comissionar, fazer o “startup”, operar e manter o escopo contratado, consultando apenas os documentos que constituem o PE;
- 22.4. As-built do PE, em língua portuguesa, entregue em mídia digital (DVD ou Pendrive), antes dos testes de recebimento provisório do sistema, no qual deverá conter todos os elementos do projeto executivo acrescido de todas as modificações e atualizações identificadas como necessárias durante a instalação e configuração do sistema.

ITEM 23 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO

Quantidade: 01 (um)

Descrição: Serviço de instalação do sistema de iluminação DMX/RDM nos estúdios A e B da TV Senado.

Entregas mínimas:

23.1. Instalação de:

- 23.1.1. Eletrodutos, eletrocalhas, leitos de cabo, cabos, tirantes, racks, suportes, fixadores, conectores, entre outros necessários para a execução da infraestrutura;
- 23.1.2. Equipamentos nos locais previstos em projeto, a infraestrutura, o lançamento dos cabos, sua conectorização e identificação;
- 23.1.3. Mão-de-obra para serviços de instalação, manutenção e configuração dos equipamentos do sistema;
- 23.1.4. Demolição e reconstituição de alvenaria para passagem de cabos e eletrocalhas;
- 23.1.5. Modernização de tomadas elétricas para padrão brasileiro (2P+T);



SENADO FEDERAL

- 23.1.6. Configuração de mesas de controle de iluminação;
- 23.1.7. Configuração de luminárias, splitters, propowers, ribalta, cyclorama, dimmerbox e máquina de haze;
- 23.1.8. Outras atividades para o perfeito funcionamento do sistema.
- 23.1.9. Adequação e ampliação do quadro elétrico com a instalação de dispositivos como disjuntores, DR, protetor de surto, jumpers, conectores, barras de fase, neutro e terra;
- 23.1.10. Adequação e organização de racks para instalação de equipamentos;
- 23.1.11. Substituição de fiação e cabos elétricos danificados;
- 23.1.12. Substituição de conectores tipo PTV danificados;
- 23.1.13. Correção da acomodação dos cabos nos leitos e nas eletrocalhas verticais e horizontais;
- 23.1.14. Etiquetagem e identificação dos cabos e equipamentos;
- 23.1.15. Outras atividades para o perfeito funcionamento do sistema.

ITEM 24 - TREINAMENTO: OPERAÇÃO DA MESA DE ILUMINAÇÃO E SISTEMA DMX

Quantidade: 32 (trinta e duas) horas/aulas.

Descrição: Treinamento para operacional e de manutenção com carga horária total de 32 (trinta e duas) horas, distribuídas em 2 (duas) turmas de 16 (dezesseis) horas com 6 (seis) alunos cada, fornecimento de material didático impresso em língua portuguesa e certificado de conclusão.

- 24.1. O Treinamento será ministrado nas dependências do SENADO, e deverá ser iniciado em até 10(dez) dias úteis a contar do término das instalações;
- 24.2. A CONTRATADA será responsável pelas despesas com traslado, hospedagem e alimentação dos profissionais que irão promover o treinamento;
- 24.3. O treinamento deverá ser ministrado em língua portuguesa, podendo o material impresso ser em língua portuguesa ou inglesa;
- 24.4. A CONTRATADA deverá entregar ao SENADO material didático impresso do treinamento, elaborado com o conteúdo a ser aplicado, em número compatível com o de participantes e fornecer cópia em formato digital;
- 24.5. O material didático deverá ser submetido à aprovação da Equipe Técnica da TV Senado com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis do início do treinamento;
- 24.6. O treinamento deverá ter a carga horária total 32 (trinta e duas) horas, distribuídas em 2 (duas) turmas de 16 (dezesseis) horas, sendo uma matutina e uma vespertina, ministrado, para cada turma, em 4 (quatro) dias;
- 24.7. O treinamento será aplicado a 2 (duas) turmas distintas comportando pelo menos 6 (seis) alunos cada;



SENADO FEDERAL

24.8. A hora/aula será de 60 minutos;

24.9. O conteúdo do treinamento compreenderá:

- 24.9.1. Detalhamento do funcionamento do sistema DMX;
- 24.9.2. Configuração e Operação das mesas de iluminação;
- 24.9.3. Detalhamento de todas funções da mesa de iluminação;
- 24.9.4. Configuração e Operação das luminárias tipo PAR LED;
- 24.9.5. Configuração e Operação das luminárias tipo painel LED;
- 24.9.6. Configuração e Operação das luminárias tipo cyclorama e ribalta;
- 24.9.7. Detalhes de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos;
- 24.9.8. Apresentação das principais falhas operacionais e seus modos de recuperação.

24.10. Certificado de conclusão do curso em papel A4 couchê com gramatura mínima de 120g, contendo o nome completo do aluno, o título do curso e a sua carga horária.

24.11. Tabela resumo dos treinamentos:

TREINAMENTO - TABELA RESUMO	
Carga horária	32 h
Quantidade de turmas	2
Quantidade de horas por turma	16 h
Quantidade mínima de dias para cada turma	4
Quantidade total de alunos	12



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2022

(Processo nº 00200. 002824/2021-09)

ANEXO 3

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR) DOS TREINAMENTOS

1. DO NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO DO TREINAMENTO

- 1.1. Serão avaliados o instrutor e o treinamento ministrado.
- 1.2. A avaliação será feita por meio de formulário a ser preenchido por cada aluno que avaliará, separadamente o instrutor e o treinamento ministrado.
- 1.3. O formulário a ser preenchido será semelhante ao mostrado abaixo:

AVALIAÇÃO DO INSTRUTOR									
Curso:									
Turma (matutino/vespertino):									
Instrutor:									
<i>Marque com "X" a nota que melhor representa cada item avaliado.</i>									
<i>Considere a ordem crescente em seu grau de satisfação, sendo 1 pouco satisfeito e 5 muito satisfeito.</i>									
Quesito		Nota					Peso	Pontuação por quesito (Nota x Peso)	
		1	2	3	4	5			
1	Segurança e domínio do conteúdo.						2	a	
2	Didática e clareza na transmissão do conhecimento.						2	b	
3	Disposição para sanar dúvidas.						1	c	
4	Ritmo de apresentação do conteúdo considerando o tempo disponível.						1	d	
Pontuação:							= a + b + c + d		
AVALIAÇÃO DO TREINAMENTO									
Curso:									
Turma (matutino/vespertino):									
Instrutor:									
<i>Marque com "X" a nota que melhor representa cada item avaliado.</i>									



SENADO FEDERAL

<i>Considere a ordem crescente em seu grau de satisfação, sendo 1 pouco satisfeito e 5 muito satisfeito.</i>								
<i>Quesito</i>		<i>Nota</i>					<i>Peso</i>	<i>Pontuação por quesito (Nota x Peso)</i>
		1	2	3	4	5		
1	Riqueza de informações do Material didático.						2	x
2	Relevância do conteúdo ministrado considerando as reais necessidades do sistema.						2	y
3	Grau de aprendizado.						1	z
<i>Pontuação:</i>								$= x + y + z$

1.4. A pontuação de cada quesito (a, b, c, d) é encontrada multiplicando-se a nota atribuída pelo aluno pelo peso de cada quesito.

1.5. A pontuação na avaliação de cada aluno é encontrada somando-se a pontuação encontrada para cada quesito (a+b+c+d para avaliação do instrutor e x+y+z para avaliação do treinamento).

1.6. A pontuação total de cada instrutor será calculada somando-se a pontuação obtida no formulário de cada aluno para a avaliação do instrutor.

1.7. A pontuação total do treinamento será calculada somando-se a pontuação total encontrada no formulário de cada aluno para a avaliação do treinamento.

1.8. Caso a pontuação total do instrutor seja inferior a 50% da pontuação máxima possível de ser obtida, o instrutor deverá ser trocado e o treinamento do respectivo módulo ministrado deverá ser refeito.

1.9. Caso a pontuação total do treinamento do módulo seja inferior a 50% da nota máxima possível de ser obtida, o treinamento do respectivo módulo deverá ser refeito.

1.10. Para fins de pagamento de acordo com a qualidade do serviço de treinamento prestado, será calculada a pontuação total do treinamento, que corresponderá à soma de todas as pontuações de cada instrutor e de cada módulo.

1.11. O pagamento pela prestação do serviço de treinamento observará o nível do serviço prestado de acordo com a tabela a seguir, na qual a “Resultado Final da Avaliação” diz respeito à razão entre a pontuação total do treinamento e a sua pontuação máxima possível de ser obtida:

Resultado Final da Avaliação	Porcentagem do pagamento a ser realizado
90% a 100%	100%
80% a 89%	98%
70% a 79%	96%
60% a 69%	94%
50% a 59%	92%



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2022

(Processo nº 00200. 002824/2021-09)

ANEXO 4

PLANTAS DOS ESTÚDIOS

(Observação: As plantas dos estúdios, que constam no NUP 00100.007661/2022 – Anexos 3 a 8, serão disponibilizadas pela COPELI, em formato “pdf”).



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2022

(Processo nº 00200. 002824/2021-09)

ANEXO 5

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____, para aquisição de equipamentos e serviços para modernização de iluminação para os estúdios A e B da TV Senado.

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, fax nº (____) ____-____ e (____) ____-____, telefone nº (____) ____-____ e ____-____, CNPJ-MF nº _____ /____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela ____/____, CPF nº. _____-____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO** nº ____/20____, homologado pela Senhora Diretora-Geral, conforme documento digital nº _____ do Processo nº 00200.002824/2021-09, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº _____, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13 de 2018 e do Ato da Diretoria-Geral nº 9 de 2015, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **aquisição de equipamentos e serviços para modernização de iluminação para os estúdios A e B da TV Senado**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

I – manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;



SENADO FEDERAL

II – apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

III – efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;

IV – manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

V – manter preposto para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário;

VI – apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do projeto e de execução da obra ou serviço, após a assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá providenciar, caso necessário, a desmontagem e remontagem dos cenários existentes nos estúdios A e B, sem causar-lhes danos durante a instalação da infraestrutura necessária ao sistema de iluminação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA será responsável pela garantia de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão do termo de recebimento definitivo completo do sistema.

I – A garantia se aplica a todos os equipamentos e serviços fornecidos para o sistema de iluminação.

II – A CONTRATADA deverá informar ao SENADO, em até 15 (quinze) dias úteis, a contar da assinatura do contrato, o telefone e/ou e-mail de contato para o acionamento da garantia.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A garantia cobrirá todos os defeitos do sistema, incluindo correções e atualizações de *softwares e firmwares*, troca de LEDs, placas e comandos, assim como correções de instalações e configurações dos equipamentos.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA será responsável, durante o período de garantia, por quaisquer procedimentos necessários junto ao fabricante, de forma a assegurar prontamente, caso sejam necessários, o transporte dos equipamentos e a substituição de peças, sem nenhum ônus adicional ao SENADO.

PARÁGRAFO QUINTO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SÉTIMO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO OITAVO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO NONO – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A **CONTRATADA** executará os serviços objeto deste contrato, compreendendo o fornecimento de equipamentos e a instalação do Sistema de Iluminação DMX/RDM, e o treinamento, nos prazos definidos a seguir:

I – os equipamentos devem ser fornecidos no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias corridos a contar da assinatura do contrato;

II – a instalação do sistema de Iluminação DMX/RDM, deve ser feita em até 30(trinta) dias corridos, a contar do recebimento provisório dos equipamentos; e

III – o treinamento deverá ser iniciado em até 10 (dez) dias úteis a contar do término das instalações e seguir as especificações constantes no Anexo 2, Item 24.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A entrega dos equipamentos e a execução dos serviços objeto deste contrato deverão ser prestados no Senado Federal, Via N2, Anexo 2, Subsolo, SEAMEL, Brasília – DF, CEP: 70165-900.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ordem de serviço de instalação será emitida pelo gestor do contrato e entregue à CONTRATADA em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento provisório dos equipamentos.

I – A CONTRATADA não poderá realizar nenhuma atividade de instalação nos estúdios, durante o mês de outubro, em razão do período eleitoral.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A ordem de serviço deverá ser recebida pela CONTRATADA diretamente do gestor deste contrato, a qual indicará detalhadamente a instalação do Sistema de Iluminação DMX/RDM e/ou Serviço de Treinamento a serem executados no 1º subsolo do Anexo 2 do Senado Federal, em dias úteis, no horário compreendido entre 9h e 22h, de segunda-feira a sexta-feira.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA informará, por e-mail, com antecedência de, pelo menos, 01 (um) dia útil ao dia de entrega dos bens, a data e horário previsto para entrega dos produtos ou materiais, a quantidade de volumes que serão entregues e as dimensões aproximadas de cada volume.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATADA fornecerá os produtos conforme as marcas e especificações discriminadas em sua proposta. O serviço de treinamento deve atender às especificações constantes no Anexo 2 do edital, item 24.

PARÁGRAFO SEXTO – Na entrega dos equipamentos, a CONTRATADA deverá realizar o transporte vertical e horizontal das caixas até o local indicado pelo gestor do contrato da TV Senado. Caso necessário, a CONTRATADA também deverá abrir as caixas.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os produtos ou materiais serão fornecidos em embalagens lacradas e sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, nome do fabricante, endereço e registro nos órgãos competentes (Anatel, Inmetro, dentre outros), se for o caso.

PARÁGRAFO OITAVO – Os produtos ou materiais objetos deste contrato deverão ser entregues no Senado Federal, Via N2, Anexo 2, Subsolo, SEAMEL, Brasília-DF, CEP: 70165-900, em dias úteis, durante o horário compreendido entre 09h e 18h.

PARÁGRAFO NONO – O prazo de garantia dos produtos/equipamentos deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto.

I – Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo acima, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação do gestor. No caso de substituição de produtos importados o prazo máximo será de até 30 (trinta) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:

I – Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito; e

II – Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo à CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Efetivada a entrega dos equipamentos e a prestação dos serviços, o objeto será recebido e o serviço prestado:

I – **Provisoriamente**, pelo órgão recebedor do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações; e



SENADO FEDERAL

II – Definitivamente, pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste ou, nos casos em que se enquadrarem no §8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, por comissão designada pela Diretora-Geral, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da entrega dos serviços completos pela CONTRATADA, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades, especificações do objeto e da sua instalação e funcionamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Caberá a CONTRATADA o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos, da Lei nº 8.666/1993.

I – Para os fins do item acima, a CONTRATADA deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº _____, estando sujeito a ajustes no pagamento pelo descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo 3 deste edital, não sendo permitida em nenhuma hipótese o pagamento de serviços não executados ou executados de forma incompleta.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Painel de LED 2x1	Unidade	12		
2	Barn door para painel LED 2x1	Unidade	12		
3	Colmeia para painel LED 2x1	Unidade	12		
4	PAR Led	Unidade	15		
5	Banr door para PAR LED	Unidade	15		
6	Difusores para PAR LED	Unidade	15		
7	Iluminador vertical cyclorama	Unidade	02		
8	Ribalta de LED	Unidade	07		
9	Mesa de iluminação - 20 faders	Unidade	01		



SENADO FEDERAL

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
10	Mesa de iluminação - 40 faders	Unidade	01		
11	Tablet - mesa de comando	Unidade	02		
12	Rack dimmer digital	Unidade	4		
13	Pro power de 12 canais	Unidade	8		
14	Spliter 1 x 8 - DMX/RDM	Unidade	15		
15	Máquina de fumaça 1500 w (HAZE)	Unidade	2		
16	Gelatina half blue	Unidade	2		
17	Bandeira de iluminação 45 x 60 cm	Unidade	15		
18	Bandeira de iluminação 60 x 90 cm	Unidade	15		
19	Cabeça de efeito com vareta	Unidade	15		
20	Infraestrutura estúdio A	Serviço Completo	1		
21	Infraestrutura estúdio B	Serviço Completo	1		
22	Projeto Executivo e <i>As-built</i>	Serviço Completo	1		
23	Serviços de instalação	Serviço Completo	1		
24	Treinamento	Serviço Completo	1		

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor global estimado do presente instrumento é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/1993, condicionado ao termo circunstanciado de recebimento provisório ou definitivo do objeto, conforme previsto no Parágrafo Décimo Primeiro da Cláusula Terceira, e à apresentação da garantia na forma da Cláusula Oitava.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será efetuado após emissão dos termos de recebimento, conforme a seguinte tabela:



SENADO FEDERAL

TERMO DE RECEBIMENTO	LIBERAÇÃO DO PAGAMENTO
Provisório do Projeto Executivo (item 22)	60% do Projeto Executivo / <i>As-built</i> .
Provisório dos (itens 1 a 19)	60% do valor dos equipamentos.
Definitivo da instalação, da infraestrutura dos estúdios A e B e dos (itens 20,21,23, e 1 a 19 - equipamentos.)	40% do valor dos equipamentos; 100% do valor do serviço de instalação; 100% do valor da infraestrutura do Estúdio A; 100% do valor da infraestrutura do Estúdio B.
Definitivo do Projeto executivo (item 22)	40% do projeto Executivo / <i>As built</i> .
Definitivo do (item 24)	Valor contratual do treinamento, considerando o nível de serviço prestado para o treinamento.

PARÁGRAFO QUARTO – Para o item 24 (Serviços de Treinamento) a CONTRATADA deverá prestar os serviços definidos no Anexo 2 do edital, estando sujeito a ajustes no pagamento pelo descumprimento do Instrumento de Medição de resultados (IMR), conforme Anexo 3 do edital, que é parte integrante deste contrato para todos os fins.

PARÁGRAFO QUINTO – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima.

PARÁGRAFO SEXTO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo segundo desta cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO OITAVO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:



SENADO FEDERAL

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

O preço é fixo e irrealizável.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho _____ e Natureza de Despesa _____, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho n.º _____.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

I – Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – Seguro-Garantia; ou

III – Fiança bancária.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal endereçado ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da via assinada do contrato, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para renová-la ou complementá-la, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, conforme legislação em vigor.

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia deverá assegurar o pagamento de:

I – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

II – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

III – prejuízos diretos causados ao SENADO decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados no Parágrafo Sétimo desta Cláusula, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.

I – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.



SENADO FEDERAL

II - O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

I – As retenções de crédito realizadas pelo Senado Federal para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.

II – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por esta razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

III – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do caput desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao SENADO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de “expectativa de sinistro”, o SENADO deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo SENADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral ou Diretor-Executivo de Contratações promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas III e IV desta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

I – apresentar documentação falsa;

II – fraudar a execução do contrato;

III – comportar-se de modo inidôneo;

IV – fazer declaração falsa;

V – cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUARTO – Decorrido o prazo previsto para o início deste contrato, sem que a CONTRATADA dê início à prestação do objeto, conforme os prazos estabelecidos neste contrato, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas nesta cláusula, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Primeiro.

PARÁGRAFO QUINTO – Iniciada a execução do objeto, o atraso injustificado na execução de alguma parcela, ou sua execução de forma insatisfatória, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SEXTO – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Quinto da Cláusula Quarta, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Primeiro.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Findo os prazos limite previstos nos Parágrafos Quinto e Sexto, sem adimplemento da obrigação, ou ultrapassado o limite máximo de ajuste no pagamento previsto no IMR (Anexo 3 do edital), aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida deste contrato, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Primeiro, podendo ainda o SENADO, a seu critério, fazer uso da garantia prestada pela empresa e impor outras sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO OITAVO – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Quarto e Quinto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO NONO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Oitava sujeitará a CONTRATADA à multa de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor global do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, considerando sempre o maior prazo constante na cláusula de vigência, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Oitava.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Primeira, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:



SENADO FEDERAL

- I** – os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- II** – a não reincidência da infração;
- III** – a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- IV** – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e
- V** – a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no Parágrafo Décimo Primeiro.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Não ocorrendo quitação da multa, na forma do parágrafo anterior, será o valor remanescente descontado da garantia ou, em último caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

- I** – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou
- II** – judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 16 (dezesseis) meses consecutivos ou até a execução plena do objeto, aquela que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília, 22 de setembro de 2022.

DIRETORA-GERAL

SENADO FEDERAL

REPRESENTANTE

CONTRATADA

DIRETOR DA _____

DIRETOR DA _____



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2022

(Processo nº 00200. 002824/2021-09)

ANEXO 6

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo XI - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____/____						
Data de abertura:						
Nome da empresa:						
CNPJ:						
Endereço:						
CEP:						
Telefone: (DDD)						
Fax: (DDD)						
E-mail:						
Dados Bancários:						
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)						
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)						
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)						
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)						
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? () Sim () Não						
ITEM	QUANTI- DADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					R\$	R\$
					R\$	R\$
					R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.